



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

Pelotas, 31 de agosto de 2011.

MENSAGEM Nº 055/2011.

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, que altera a redação da Lei Municipal nº 4.989, de 21 de novembro de 2003, referente a reserva de vagas para afrodescendentes em concursos públicos efetuados pelo Poder Público Municipal.

Desta forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Revoga o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.989, de 21 de novembro de 2003, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI:

Art. 1º Esta Lei revoga o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei Municipal nº 4.989, de 21 de novembro de 2003.

Art. 2º O artigo 1º da Lei Municipal nº 4.989, de 21 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam reservadas aos afrodescendentes, 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos, efetuados pelo Poder Público Municipal, para provimento de cargos efetivos e empregos públicos.

§ 1º A fixação do número de vagas reservadas aos afrodescendentes e respectivo percentual, far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura do concurso público e se efetivará no processo de nomeação.

§ 2º Revogado

§ 3º Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor do que 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 4º A observância do percentual de vagas reservadas aos afrodescendentes dar-se-á durante todo o período de validade do concurso e aplicar-se-á a todos os cargos ou empregos oferecidos".

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 31 de agosto de 2011.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado

JUSTIFICATIVA

Reconhecendo a relevância da adequação na regulamentação da matéria relativa à reserva de vagas aos afrodescendentes oferecidas nos concursos públicos efetuados pelo Poder Público Municipal, o Poder Executivo Municipal dirige-se aos nobres edis para oferecer projeto de lei modificativo a fim de revogar o parágrafo 2º artigo 1º da Lei 4.989, de 21 de novembro de 2003. A alteração ora proposta tem por escopo adequar a atual legislação municipal aos ditames constitucionais, conforme passamos a expor.

Efetivamente, visando contemplar integralmente o princípio constitucional da igualdade de direitos através da redução das desigualdades sociais, estampado como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, reconhecido no artigo 3º da Carta Magna, faz-se necessária a revogação do parágrafo 2º da Lei Municipal 4.989/2003.

Em sua redação original, é garantida aos afrodescendentes a reserva de vagas oferecidas no edital dos concursos públicos efetuados pelo Poder Público Municipal. Preenchido o percentual estabelecido no edital de abertura, de acordo com o disposto em seu parágrafo 2º, a Administração fica desobrigada a abrir nova reserva de vagas durante a vigência do concurso em questão, o que restringe direito constitucionalmente reconhecido.

O presente projeto de lei objetiva revogar o dispositivo da lei anterior obrigando o Poder Público Municipal a manter a proporcionalidade no provimento dos cargos efetivos empregos públicos no período de validade do concurso público.

Certos do empenho desta Casa Legislativa em adequar a legislação municipal aos preceitos da Carta Magna, submetemos o presente projeto de lei à apreciação e posterior aprovação em plenário.